

Tecendo histórias

ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

(1961 a 1985)

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Adolfo Ignacio Calderon – PUC/Campinas
Prof. Dr. Afranio Mendes Catani – USP
Prof. Dr. Altair Alberto Fávero – UPF/RS
Profa. Dra. Carina Maciel – UFMS/MS
Prof. Dr. Diego Bechi – UPF/RS
Profa. Dra. Edineide Jezine – UFPB
Profa. Dra. Egelsaine De Nez – UFRGS/RS
Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp/SP
Prof. Dr. Elton Luis Nardi – Unoesc/SC
Prof. Dr. Gildenir Carolino Santos – Unicamp/SP
Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar/SP
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp/SP
Prof. Dr. José Vieira de Sousa – UnB/DF
Profa. Dra. Lara Carlette Thiengo – UFVGMG – MG
Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC/PR
Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC/SC
Profa. Dr. Ignacio Calderon – PUCC/SP
Profa. Dra. Maria Abadia da Silva – UnB/DF
Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp
Profa. Dra. Maria Tereza Ceron Trevisol – Unoesc/SC
Profa. Dra. Maria Vieira Silva – UFU/MG
Profa. Dra. Margarita Victoria Rodrigues – UFMS/RS
Profa. Dra. Marilda Pasqual Scheneider – Unoesc/SC
Profa. Dra. Marília Morosini – PUCRS/RS
Prof. Dr. Paulo Almeida – UFPA/PA
Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp/SP
Profa. Dra. Romilda Teodora Ens – PUCPR/PR
Profa. Dra. Rosane Sarturi – UFSM/RS
Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA/PA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrián Ascolani – Universidad Nacional de Rosario/Conicet/Argentina
Prof. Dr. Adrian Cammarota – IDES/Argentina
Prof. Dr. Antonio Bolívar – Universidad de Granada/Espanha
Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero/Portugal
Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Portugal
Prof. Dr. Enrique Martinez Larrechea – Iusur/Uruguai
Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho/Portugal
Prof. Dr. Geo Saura – Universidad de Granada – Espanha
Prof. Dr. Jaime Moreles Vazquez – Universidade de Colima/México
Profa. Dra. Maria Carmen Lopez Lopez – Universidade de Granada/Espanha
Profa. Dra. María Cristina Parra Sandoval – Universidad del Zulia/Venezuela
Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján/Argentina
Profa. Dra. María Verónica L. Guerrero – Pontificia Universidad Católica de Valparaíso/Chile
Prof. Dr. Mariano Fernandez Enguita – Universidad de Madrid/ Espanha
Prof. Dr. Norberto Lamarra – Universidad Trés de Febrero – Argentina
Profa. Dra. Olga Cecilia Diaz Flores – Universidad Nacional Pedagógica – Colômbia
Prof. Dr. Pablo Garcia – Universidad Trés de Febrero/Argentina
Profa. Dra. Patricia Viera Duarte – Universidad de la Republica/Uruguai

Cláudia Maria Mendes Gontijo

Tecendo histórias

ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

(1961 a 1985)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gontijo, Cláudia Maria Mendes Tecendo histórias : alfabetização no Brasil (1961 a 1985) / Cláudia Maria Mendes Gontijo. – 1. ed. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2023.

Bibliografia.
ISBN 978-85-7591-717-6

1. Alfabetização 2. Educação – História 3. Políticas educacionais 4. Projeto pedagógico I. Título.

23-161582

CDD-370.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Alfabetização : Educação : Brasil 370.981

capa: Studio Rotta Design Gráfico
gerência editorial: Vanderlei Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
revisão final da autora
bibliotecária: Tábata Alves da Silva – CRB-8/9253

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

2 0 2 3

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

*Agradeço ao Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico
(CNPq) pelo financiamento da pesquisa
que deu origem a esta obra.*

*Agradeço às alfabetizadoras e às/aos
pesquisadoras/es do campo educacional
brasileiro que têm contribuído para o de-
senvolvimento da alfabetização no Brasil.*

*Dedico esta obra às gerações que vivem
no presente e que viverão no futuro, na
esperança de que sempre tenhamos como
principal ideal de vida e sociedade a
democracia, a justiça social e a fraternidade.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Dania Monteiro Vieira Costa</i>	
PREFÁCIO.....	11
<i>Cleonara Maria Schwartz</i>	
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	15
capítulo 1	
EDUCAÇÃO PRIMÁRIA, ALFABETIZAÇÃO E ANALFABETISMO	21
capítulo 2	
ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL: PRIORIDADE MUNDIAL	61
capítulo 3	
PLANOS SETORIAIS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E ALFABETIZAÇÃO	125
capítulo 4	
POLÍTICA EDUCATIVA E CULTURAL	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
REFERÊNCIAS	235

APRESENTAÇÃO

“Há tempo para tudo debaixo do céu”

Eclesiastes

Início com essa afirmativa por que escrever a apresentação de um livro escrito pela professora Cláudia Maria Mendes Gontijo é, para mim, algo não imaginado e ao mesmo tempo uma grande honra. Digo isso, por que na minha trajetória acadêmica, ela esteve presente de maneira intensa e profícua. Em *tempos* atrás, fui sua aluna e orientanda. Nos *tempos* atuais, sou sua companheira de trabalho e, ao longo desses anos, temos desenvolvido pesquisas e estudos no campo da alfabetização que tem se estendido para a militância na área por meio de uma luta constante na defesa da alfabetização como direito humano e social.

Essa premissa permeia todo este livro, enquanto resultado de uma pesquisa realizada pela professora Cláudia sobre a história da alfabetização no período da ditadura militar, no Brasil, vem, em minha opinião, em *tempo* oportuno, na medida em que recentemente temos visto discursos em defesa desse regime. Sendo assim, urge pronunciar contrapalavras que discutam esse momento da história do Brasil por meio de análise de fontes que apresentam dados sobre a realidade educacional do país. Desse modo, poderemos compreender para além do senso comum e dos *confetes* e *serpentinhas* atiradas, por alguns, a esse governo (militar), como efetivamente era a realidade concreta vivenciada, à época, pela população brasileira.

Para isso, analisa os discursos dos organismos internacionais e dos órgãos diretores da educação nacionais sobre a alfabetização. Bem como os programas e projetos de alfabetização internacionais e nacionais do período de 1961 a 1985. Durante a leitura da análise desses documentos (desenvolvida pela autora) salta, aos olhos do leitor, os

altos índices de evasão, fracasso escolar e falta de escolas para atendimento educacional da população brasileira resultando em altas taxas de analfabetismo compreendido como um grande empecilho para o desenvolvimento econômico do país. Paradoxalmente, não ocorreu o desenvolvimento, pelo governo, de ações efetivas que resultassem na universalização da alfabetização plena da população brasileira. Por outro lado, a autora observa que a questão central era o desenvolvimento de uma alfabetização para formar hábitos e comportamentos com vistas a adaptação aquela conjuntura sociopolítica.

Tendo em vista essas questões, esse livro convida o leitor para uma análise crítica da conjuntura educacional do país no período da ditadura militar, incitando-o a refletir sobre os programas e projetos de organismos internacionais, especialmente a Unesco, que, na defesa da alfabetização funcional, tem colaborado com a divulgação de um conceito de alfabetização que visa a adaptação dos sujeitos ao mundo do trabalho e a ordem política e social vigente, desconsiderando a necessidade de transformação da sociedade, cujas desigualdades e injustiças sociais têm-se naturalizado e aumentado cada vez mais, vitimando crianças, adolescentes, jovens e adultos que têm ficado a margem de políticas públicas, entre as quais a possibilidade de acesso a uma alfabetização plena.

Diante de tudo isso, a leitura desse livro nos leva a dizer que:

Não é tempo de calar-se!

É tempo de falar!

Também é tempo de escutar!

Escutar a vozes que clamam por justiça!

Também não é tempo de se conformar!

É tempo de agir!

Tempo de mudar!

Dania Monteiro Vieira Costa

PREFÁCIO

Os leitores e as leitoras vão se surpreender com mais esta obra de autoria de Cláudia Maria Mendes Gontijo, seja pela qualidade da escrita, seja pelos profundos diálogos efetuados com a literatura acadêmica e com as fontes documentais utilizadas para abordar a história da alfabetização no Brasil no período compreendido entre os anos de 1961 a 1985.

Sem dúvida, a autora elegeu um período complexo da história da educação brasileira para analisar as políticas de alfabetização que foram implementadas no decorrer do processo que desencadeou o regime ditatorial em nosso país. Vale destacar que a obra trata ainda de um período marcado por altos índices de reprovação, o que colocava para a educação primária a responsabilidade de obter êxito no ensino da leitura e da escrita para formar o cidadão brasileiro que iria atuar no projeto de sociedade vislumbrado pelas autoridades brasileiras.

Detendo-se a esse momento de nossa história educacional, a autora mostra em seu texto muito mais do que as políticas e propostas de alfabetização que foram implementadas no período estudado. Ela vai além, pois possibilita ao leitor e a leitora compreender como as políticas implementadas se constituíram por meio de vinculações com as políticas emanadas de organismos internacionais.

O leitor e a leitora vão poder, nesse sentido, ir muito mais além do que simplesmente conhecer as políticas e propostas, uma vez que Cláudia Maria Mendes Gontijo analisa com solidez metodológica e teórica os discursos dos organismos internacionais e dos órgãos diretores da educação nacionais sobre a alfabetização e suas vinculações com os programas e projetos de alfabetização internacionais e nacionais.

Esses discursos foram analisados pela autora a partir de farto corpus documental que registrava as discussões ocorridas nas reuniões interamericanas e nas conferências realizadas no período de 1943 a 1956 sobre educação primária, alfabetização e analfabetismo na América Latina.

Com trechos desses documentos, a autora permite os leitores e as leitoras compreenderem as políticas e as discussões que ocorreram em nível internacional, bem como em nível nacional, trazendo à tona para isso o planejamento educacional adotado no Brasil para atender aos compromissos assumidos em nível internacional.

Toda a discussão apresentada na obra encontra-se acompanhada de análise consubstanciada em evidências empíricas, que mostram a péssima situação da educação primária, no Brasil, no final da década de 1950, ilustrada com os altos índices de evasão e repetência na alfabetização e ainda com as explicações elaboradas para o fracasso escolar que responsabilizavam estudantes e suas condições de vida pelo baixo desempenho.

Vale destacar que a autora, considerando a forma como o fracasso da alfabetização e da escola eram apresentados nos documentos, discute ainda o modelo de alfabetização funcional que fora proposto pela Unesco nos anos de 1960 e de 1970, favorecendo, desse modo, para que o leitor compreenda como esse modelo foi apropriado no Brasil.

Assim, ganha centralidade no livro a análise meticulosa que a autora faz dos Planos Setoriais de Educação e suas relações com a alfabetização, trazendo especificamente para o diálogo o Projeto Novas Tecnologias Aplicáveis à Alfabetização e o Programa Alfa, para mostrar como seus aportes teóricos e metodológicos encontravam-se alinhados, inclusive com as políticas definidas pela Unesco.

É evidente que o profissional da educação, ao ler o livro, poderá vislumbrar os contornos das políticas internacionais voltadas para a

alfabetização no Brasil e notar com precisão que, no período ditatorial militar, houve uma explícita relação de subserviência aos organismos internacionais, particularmente, a Unesco, que não produziram ações que contribuíssem para a universalização da alfabetização no Brasil.

Por todos esses aspectos pontuados, não resta dúvida de que se trata de mais um trabalho da autora que irá propiciar aos profissionais que atuam na educação uma compreensão mais ampliada da dinâmica constitutiva das políticas de alfabetização em sua interface com as orientações dos organismos internacionais, o que representa um avanço para a produção de conhecimento sobre o campo da alfabetização.

Cleonara Maria Schwartz

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No final da década de 1990 e nos anos 2000, começaram a surgir investigações sobre a história da alfabetização, dentre os quais podemos citar: Bertoletti (1997), Scocuglia (1997), Silva (1998), Mortatti (2000), Santos (2001), Mello (2002), Trindade (2004), Cardoso (2011), Cunha (2011), Ferreira (2011), Lima (2011), Brito (2012), Dietrich (2012), Rodrigues (2012), Vojniak (2012) e Dornfeld (2013). Dessa maneira, houve um crescimento no número de estudos que discorrem sobre a história da alfabetização.

A constituição de uma rede de pesquisadores de diferentes instituições de ensino nacionais, com a finalidade de pesquisar a alfabetização nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Amazonas, é a expressão do interesse por esse tipo de investigação no campo da alfabetização. Parte dos resultados desses estudos foi publicada no livro *Estudos de história da alfabetização e da leitura na escola* (Schwartz, Perez e Frade 2010). Também o livro organizado por Mortatti (2011) expressa o interesse dos estudiosos em abordar a história da alfabetização.

No Espírito Santo, a exemplo do que ocorreu em vários estados, foram desenvolvidas pesquisas sobre a história da alfabetização: Campos (2008), Gomes (2008), Gontijo (2008), Assunção (2009), Falcão (2010), Campos (2013), Dias (2013) e Gontijo (2014). Desse modo, a partir do esforço conjunto com pesquisadores que desenvolveram estudos em nível de mestrado e doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, concluímos, no ano de 2015, um conjunto de estudos que teve o mesmo foco: investigar a alfabetização na história da educação do Espírito Santo. Essas pesquisas elaboradas sob o formato de teses, dissertações e relatórios proporcionaram a publicação de dois livros intitulados *Esco-*

la primária e ensino da leitura e da escrita (alfabetização) no Espírito Santo (1870 a 1930) e Alfabetização no Espírito Santo (1946 a 1960), de autoria, respectivamente, de Gontijo e Gomes (2013) e Campos e Gontijo (2014).

De modo geral, os resultados dos estudos locais e realizados em outros estados da federação evidenciam, entre muitos outros aspectos, que a alfabetização foi vista, ao longo da história, como um conjunto de competências autônomas a serem aprendidas na escola. É importante acrescentar que as pesquisas de Cardoso (2011), Campos (2013) e Dornfeld (2013), realizadas no Espírito Santo, Mato Grosso e em São Paulo, respectivamente, investigaram a alfabetização no período ditatorial militar.

Considerando essa produção, situamos nosso objeto de estudo – a alfabetização – no contexto sociopolítico e econômico que é configurado, no Brasil, a partir de 1961. Como o período demarcado para estudo abrange a ditadura militar, tomamos, neste texto introdutório, elementos do relatório produzido pela *Comissão Nacional da Verdade*, publicado em 2014. Segundo escrito nesse relatório, o texto concluído pela Comissão Nacional da Verdade

[...] soma-se a todos os esforços anteriores de registros dos fatos e esclarecimento das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a partir de reivindicação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, em compasso com demanda histórica da sociedade brasileira. (Brasil 2014, p. 20)

A leitura desse relatório causou diferentes sentimentos em uma pesquisadora que, nos últimos dez anos, tem se dedicado a estudar a história e as políticas da alfabetização: sentimentos de medo, de angústia, mas, sobretudo, produziu a necessidade de contribuir para torná-lo conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira. Diante de manifesta-

ções, na atualidade, nas ruas, que reclamam intervenção militar, a necessidade se tornou uma obrigação, pois, ao longo da minha vida profissional, tenho lutado para a consolidação e o fortalecimento da democracia.

Conforme escrito no texto do relatório, no período de 1946 a 1964, o Brasil teve uma “democracia frágil e hesitante”. Apesar dessa fragilidade, os autores do relatório argumentam que a democracia experienciada, nesse período, foi melhor do que o vivido nos anos da ditadura que se instalou a partir de 1964.

Diante da “[...] situação de miséria e carência abissais, como atestam sua taxa de alfabetização e uma mortalidade infantil mais de seis vezes maior do que a existente hoje” (Brasil 2014, p. 86), ainda, era consenso que a Constituição de 1946 representava um avanço em nível nacional. No que diz respeito à educação, essa Constituição, ao definir que cabia à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, levou o então ministro Clemente Mariani, em 1948, a constituir uma comissão com a finalidade de propor um projeto de reforma da educação nacional, iniciando, a despeito da demora na aprovação da lei, um dos momentos mais fecundos da história nacional em termos de lutas e polêmicas em torno da educação.

Conforme escrito no Relatório da Comissão Nacional da Verdade, o governo do presidente Dutra (1946 a 1951), primeiro presidente eleito em tempos de democracia, voltou sua atenção para a importância do crescimento da economia norte-americana e para a “[...] hegemonia política dos Estados Unidos no processo global de reconstrução da ordem internacional durante o pós-guerra” (Brasil 2014, p. 87). Nesse contexto, o governo nacional reforçou seu relacionamento com os Estados Unidos, “[...] promovendo a abertura da economia ao capital estrangeiro e favorecendo claramente a empresa privada” (Brasil 2014, p. 87).

Por outro lado, como aponta o relatório, para minimizar a inflação ocasionada pela guerra, o governo adotou “[...] uma política de importação livre de bens manufaturados, aproveitando as reservas acu-

muladas durante o conflito mundial. Essa escolha resultou em um período de estagnação para a indústria nacional” (Brasil 2014, p. 87), o que promoveu movimentos da classe trabalhadora em busca de manutenção de conquistas sociais e de organização sindical. Concomitantemente ao estreitamento dos laços com os Estados Unidos, o Partido Comunista do Brasil começou a se firmar, mas, ao mesmo tempo, suas ações foram coibidas e se tornaram ilegais no território nacional.

Com a eleição de Vargas (1950 a 1954), foram aprovadas pelo Congresso Nacional medidas econômicas, tais como: “[...] a criação da Petrobrás, do Fundo Nacional de Eletrificação, do Fundo de Reparelhamento Econômico, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da Eletrobrás, além de legislações tarifárias e cambiais” (Brasil 2014, p. 89). Segundo descrito no relatório,

Muitos analistas dividem o segundo período constitucional de Vargas em dois momentos: o primeiro, de 1951 até meados de 1953, quando ele teria buscado firmar uma ampla aliança em torno das mudanças econômicas, sobretudo em um esforço para industrializar e prover o país de uma política energética. O segundo, a partir de 1953, quando enfrentou a radicalização de grupos políticos e militares que associavam à sua oposição, naquele momento, derrotas eleitorais desde a redemocratização. (Brasil 2014, p. 88)

Apesar do trágico fim de Vargas, ele conseguiu estabelecer no País um clima mais tolerante e mais aberto, “[...] favorecendo a atividade sindical e as manifestações públicas, inclusive de ‘grupos de esquerda’” (Brasil 2014, p. 89), exceto do grupo do PCB, que continuou banido. A crise política instaurada em 1954, com o pedido de *impeachment* do presidente Getúlio Vargas, mediante “[...] acusações de corrupção, conivência com atos criminosos e imoralidade” (Brasil 2014, p. 90), começou, de acordo com o relatório,

[...] a construir-se, na articulação das Forças Armadas com setores conservadores do país, a narrativa que buscará legitimar, na década seguinte, o golpe de Estado de 1964. Essa articulação estaria também presente nas tentativas de impedir as posses dos presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. (Brasil 2014, p. 90)

Em 1961, a tentativa de golpe foi frustrada, mas ele se concretizou em 1964, marcando o fim do período constitucional iniciado em 1946, por meio do Manifesto à Nação, datado de 9 de abril de 1964, “[...] sob a forma de norma jurídica, mais tarde conhecido como Ato Institucional nº 1, é confirmada a vitória do movimento militar que derrubara o governo constitucional de João Goulart” (Brasil 2014, p. 94).

A partir do golpe de 1964, foram construídos vários aparatos pelo regime que permitiram o controle da sociedade, de suas manifestações políticas, culturais etc. Nesse contexto, quais foram as políticas e propostas de alfabetização elaboradas? Para responder a essa questão, buscamos, neste livro, produzir uma história da alfabetização no Brasil, no período de 1961 a 1985, a fim de entender a relação entre as políticas e propostas constituídas e a relação dessas com orientações emanadas de organismos internacionais. Para a concretização desse objetivo geral, foi necessário analisar: a) discursos dos organismos internacionais e dos órgãos diretores da educação nacionais sobre a alfabetização; b) os programas e projetos de alfabetização internacionais e nacionais.

Excetuando estas considerações iniciais e as finais, este livro está dividido em seis partes. Na primeira, analisaremos os textos que registraram as discussões ocorridas nas reuniões interamericanas e nas conferências realizadas no período de 1943 a 1956 sobre educação primária, alfabetização e analfabetismo na América Latina, para compreendermos as políticas e as discussões que ocorreram em nível internacional. Além do planejamento educacional adotado com a

finalidade de responder aos compromissos assumidos em nível internacional, discutimos ainda a situação da educação primária no Brasil no final da década de 1950, apontando os altos índices de “evasão” e repetência no período destinado à alfabetização e como a questão do fracasso escolar foi tematizada e explicada. Na segunda, buscamos, considerando a sua centralidade, compreender o modelo de alfabetização funcional defendido pela Unesco nos anos de 1960 e de 1970, salientando como as críticas a esse modelo foram respondidas por esse Organismo e a sua adoção do Brasil. Na terceira, analisamos os Planos Setoriais de Educação e suas relações com a alfabetização, enfatizando o Projeto Novas Tecnologias Aplicáveis à Alfabetização e, também, os aportes teóricos e metodológicos do Programa Alfa, considerando a sua repercussão nos estados brasileiros e, finalmente, na quinta e última parte, analisamos a política educativo-cultural definidas pela Unesco e os seus contornos no Brasil.